

FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR¹ DE ITINGUÇU² Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil

Nílce da Penha Migueles Panzutti³

RESUMO: Esta pesquisa tem a finalidade de analisar as mudanças ocorridas, ao longo de três décadas (de 1970 a 2000), nas relações familiares e de gênero, que se instalam entre os moradores de Itinguçu com a mudança no seu modo de vida e sua condição de posseiro em morador a partir da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), Estado de São Paulo. Mudanças estas causadas não só pelo impacto da criação da Estação como também pela intensificação das relações do núcleo com o meio urbano (Peruíbe), pela sua proximidade e pela frequência das relações que se estabelecem com o mundo moderno por meio do turismo existente no local, devido à Cachoeira Paraíso. Ao focalizar a família e as relações de gênero, procura-se apreender, de forma objetiva, a divisão sexual e as relações de gênero subjacentes e seus significados. A pesquisa é baseada em informações obtidas em levantamento de campo com a observação direta e entrevistas direcionadas e/ou com discurso livre, aplicadas em períodos diversos, entre 1998 e 2000, aos moradores do bairro de Itinguçu, e pelos temas: sexualidade, casamento e maternidade, principalmente às mulheres. Dessa análise concluiu-se que a família ainda continua desempenhando um papel fundamental na vida dos moradores de Itinguçu. Apresenta uma decomposição na sua forma tradicional em virtude do abandono da agricultura familiar; do impacto da criação da Estação Ecológica, sobretudo no que diz respeito ao direito de posse. As práticas não agrícolas integradas à agricultura de auto-subsistência, que se desenvolvem progressivamente, e a introdução de “valores modernos” ao modo de vida também contribuem promovendo as variações na forma organizativa familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, posseiros, unidades de conservação, família e relações de gênero.

FAMILY AND GENDER RELATIONSHIPS AMONG ITINGUÇU RESIDENTS Jureia-Itatins Ecological Station, Sao Paulo, Brasil

ABSTRACT: This research has the purpose of analyzing shifts in family and gender relationships among the residents of Itinguçu over three decades (1970 to 2000) in connection with their lifestyle changes and the conversion of their leaseholder status to that of resident, once the Ecological Station Juréia-Itatins (EEJI), State of Sao Paulo was created. Besides the impact of the creation of the EEJI, shifts were intensified by the proximity to urban core (Peruíbe city) and the higher influx of tourists to visit the local Paradise Waterfall that brought dwellers a closer contact with the modern world. When focusing the family and gender relationships, the research gives an objective focus to sexual division and the underlying gender relationships and their meanings. The research is based on field information obtained through direct observation and directed interviews and/or free speech, applied in several periods between 1998 and 2000 to Itinguçu's residents, mainly women. A conclusion drawn from the analysis is that the family still plays a fundamental role in the lives of Itinguçu's dwellers. However, its traditional form has decomposed because of the abandonment of family agriculture and the impact of the creation of the Ecological Station, mainly with regards to ownership rights. Non-agricultural practices progressively integrated into the self-subsistence agriculture, as well as the introduction of “modern values” into their way of life also promote variations in the family's organizative structure.

Key-words family farmers, leaseholding, conservation units, family and gender relationships.

Jel Classification: Q2.

¹Panzutti (2002b).

²Este trabalho faz parte da pesquisa NRP663, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA). Baseado em Tese de Doutorado da autora (PANZUTTI, 2002a).

³Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

1 - INTRODUÇÃO

O papel da agricultura familiar⁴ no desenvolvimento brasileiro vem sendo objeto de discussão e tem ocupado espaço nos últimos anos, principalmente pela importância que vem adquirindo o debate sobre o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local” (BITTENCOURT E DI SABATTO, 1999).

Resultados de estudos baseados na metodologia de sistemas agrários indicam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão da terra, à disponibilidade de infraestrutura entre as regiões e mesmo dentro de cada região. Por essas razões, torna-se necessário aprofundar o conhecimento das realidades agrárias específicas (BITTENCOURT E DI SABATTO, 1999). Este estudo traz o aprofundamento de uma realidade específica, a dos moradores de Itinguçu, um bairro situado dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI).

Pela complexidade do processo de transformação ocorrido no mundo rural brasileiro nas últimas décadas, com sua intensa diversificação nas formas de organização social e produtiva, neste trabalho orienta-se a análise para as relações entre os agentes sociais na dinâmica da reprodução social. Elege-se, desta forma, a família não apenas como unidade de produção, mas principalmente enquanto unidade social, ao focalizar a sua dinâmica interna, construída pelo próprio caráter familiar da organização social, que permite a esta a formulação das estratégias reprodutivas em sua articulação com as condições externas. É no âmbito das relações familiares que ocorrem os arranjos e estabelecem-se as estratégias de adaptação às condições econômicas e sociais,

⁴De acordo com o IBGE 1985-96 (CENSO, 1998), a concepção básica de agricultura familiar é definida a partir de suas relações sociais de produção, ou seja, definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva, e os investimentos nela realizados, feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção, nem sempre a terra, pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão, em caso do falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

seja recorrendo à tradição, agregando novos valores aos antigos ou mesmo reformulando os antigos na busca de respostas às crises (CARNEIRO, 1999). Isto é feito através da análise do modo de vida e das práticas sociais presentes no interior do grupo familiar, daí focalizar-se as questões fundamentais para o tema família como: o casamento, a maternidade, a sexualidade e as relações de gênero.

Compartilha-se com Carneiro (1999) a idéia de que: *“a qualidade das relações sociais que são integradas por esse tipo de família é muito diversa, mas é no domínio do parentesco e do trabalho que se encontram os principais sistemas de relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na unidade de produção”*. E mais, a de que *“a família - locus de produção e reprodução de valores - integra relações sociais cujos significados não podem ser reduzidos à lógica do parentesco ou à racionalidade econômica...a unidade familiar não se limita ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou de consangüinidade, mas deve ser percebida também como um valor (próximo a um “sentimento de identidade”) que integra seus membros e dá sentido a suas relações”*.

Portanto, neste estudo, a família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior do agrupamento e a eleição da família como unidade de observação se coloca igualmente como um procedimento fundamental para a compreensão da complexidade da realidade camponesa dessas unidades, em que a lógica da atividade agrícola é um valor mais importante que a produção, indissociável neste caso, da “propriedade-posse”. A multiplicidade de estratégias individuais e familiares aqui também deriva das fracas condições de produção, recorrendo à luta e resistência para manter a unidade de produção e reprodução.

Partindo destas perspectivas, este trabalho objetiva contribuir para o aprofundamento do conhecimento de realidades agrárias específicas necessárias à compreensão da diversidade hoje encontrada, trazendo o estudo de caso das famílias de Itinguçu que residem em uma Unidade de Conservação.

Como indica Carneiro (1999), *“as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na da produção) incluem um ideal, de pensamento ou de representação, que*

informa as atitudes e comportamentos. Tais valores conformam uma tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis", devendo a análise, por isso, contemplar tanto as relações entre os indivíduos quanto os valores que dão sentido a essas relações. Observando o modo de vida das famílias em suas relações em seus domicílios, procurou-se apreender o sentido de suas ações e relações.

Família é um fato social manifesto através do vínculo que se estabelece entre um certo número de adultos e de crianças a partir da constituição de uma sociedade civil e da instituição da propriedade privada, em que a aliança e o casamento é que explicam o seu funcionamento e onde os traços fundamentais são a cooperação e a solidariedade.

Na observação direta do agrupamento social estudado, pode-se apreender que a família não é apenas uma instituição social, base da sociedade, capaz de se individualizar, mas sobretudo um "valor", um ponto do sistema para o qual tudo deve tender, como nos diz Da Matta (1987). Concordamos quando afirma que, apesar da constatação de haver uma diversidade de significações associadas à "família", existe "o poder dos modelos dominantes que fornecem paradigmas sociais fundamentais para toda a população, que pode ou não atualizá-lo de modo aberto e concreto".

Levantamentos estatísticos internacionais realizados nas últimas décadas sobre pesquisas, que têm a família como objeto de estudo, demonstram que, a despeito das divergências e acertos que possam ter, quanto ao tratamento que dão ao objeto de suas análises, esta tem importância fundamental para a compreensão da sociedade.

2 - A PESQUISA DE CAMPO

O estudo foi realizado em Itinguçu, um bairro que está situado dentro da área da Estação Ecológica Juréia-Itatins⁵ (EEJI) (SP). Localiza-se na re-

gião do Vale do Ribeira, fronteira entre os municípios de Iguape e Peruíbe, Estado de São Paulo. Com uma área de 994,9ha que pertence ao município de Iguape (a 50 km de distância) está mais próximo à cidade balneária de Peruíbe (15km). A principal fonte de renda vem da venda de produtos a turistas que visitam a Cachoeira Paraíso no local.

Pela sua importância na realidade social pesquisada de Itinguçu, a família se colocou como a instituição adequada para análise intensiva. Enquanto estrutura aglutinadora e mantenedora da organização social, continua a ter forte significado para os indivíduos como estratégia de reprodução social e sobrevivência.

Para esse universo, após pesquisa preliminar de reconhecimento em 1998, foi realizado o trabalho de campo (em 1999 e 2000) em que foram colhidos os depoimentos em profundidade direcionados por roteiro com espaço para o discurso livre. Devido aos temas abordados que referiram-se, principalmente à sexualidade, casamento, maternidade e relações de gênero, nesta fase predominaram as entrevistas realizadas com as mulheres.

As entrevistas, num total de 27, foram realizadas nos domicílios, no posto de saúde, nas residências dos sítios ou nas barracas dos sítiantes comerciantes. Nessa oportunidade foi possível observar de perto o modo de vida, o cotidiano dessas pessoas, acrescentando com isso informações inusitadas sobre o universo pesquisado. Além das informações cadastrais o roteiro utilizado permitiu captar as mudanças ocorridas ao longo de três décadas e colher conteúdos passados através do discurso livre das entrevistadas, que se desinibiam à medida que

tema brasileiro, destinadas à realização de pesquisas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Por esse decreto fica estabelecido que 90% ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada à preservação da biota e o restante poderá ser utilizado, após a realização de um plano de zoneamento, para pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 7, na área reservada às estações ecológicas será proibido: a) presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo da biota nativa; c) porte e uso de armas de qualquer tipo; d) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

⁵Pelo Decreto 24.646 de 20/01/86 as **Estações Ecológicas** criadas pelo poder executivo, são áreas representativas do ecossis-

se envolviam com seus próprios relatos, esquecendo-se do constrangimento inicial.

Desta forma, decidiu-se pesquisar sua composição (de que forma se estrutura), seu funcionamento, destacando-se as relações internas do núcleo familiar, como se relacionam seus membros: pais, filhos, homens e mulheres - relações de gênero - para a consecução do trabalho necessário.

Nesta abordagem, baseada na estrutura econômica de uma "sociedade" na qual não existe a instituição do trabalho assalariado, em que o rendimento do trabalho familiar é indivisível, evidenciou-se a importância da coesão de uma administração eficaz, desempenhada pelo Chefe de família, e somente possível pela forma sob a qual estão organizados familiarmente.

As pesquisas domiciliares, que oferecem as histórias de vida ou de eventos, permitem reconstruir processos e "trajetórias familiares" que respondem pela diversidade dos arranjos domésticos das famílias.

3 - A VIDA FAMILIAR EM ITINGUÇU

A vida familiar e de parentesco foi e é ainda o grande e o mais forte agente integrador do agrupamento humano em Itinguçu. A família⁶ é o *locus* social, moral, econômico e político. Por esta razão, procura-se tratar da forma de interação dos seus membros, como estão distribuídos os direitos e as obrigações, as responsabilidades sobre a manutenção da prole, a transmissão da propriedade e a obediência ou desobediência à autoridade paterna. Busca-se também entender os significados da família e como ela se constitui e se mantém enquanto forma sinérgica de sobrevivência social.

A vida familiar orientou a migração, proporcionou a integração ocupacional e a possibilidade de habitar o local. No grupo familiar partilham o espa-

ço, as atividades, os recursos e carências, mas, sobretudo, adquirem a segurança necessária para enfrentar o anonimato de um meio desconhecido.

O núcleo familiar constituído sobre a unidade de produção econômica - o sítio - com sua relativa autonomia, garante aos recém chegados a solução das questões de sobrevivência, além da definição de estratégias e projetos de ascensão social e garantia de certo grau de consumo, tal qual nos fala Costa (1993) em seu trabalho sobre trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto.

A dinâmica familiar em Itinguçu processa-se através de tendências de aglutinação e dispersão, dependendo da maior ou menor autonomia econômica dos jovens adultos.

O "casamento", ato pelo qual a família se constitui, é a condição do homem para ser adulto. É necessário para a afirmação da sua virilidade. Trabalhar e ter uma família são condições necessárias. Assim, nas indagações sobre o ideal de marido entre os moradores (mulheres e homens), obteve-se critérios usados para o bom marido: ser honesto, trabalhador, ser responsável (referindo-se à provisão da mulher e dos filhos). A moral do homem provedor é muito presente entre os valores da "comunidade", embora as uniões não sigam estritamente as normas da sociedade tradicional, seus valores são preservados enquanto ideais, mesmo que não sejam observados nas suas práticas cotidianas. Nas famílias mais jovens, entretanto, existem mulheres provedoras tanto quanto os homens e, se comparadas com as famílias dos mais velhos, o grau de subordinação feminina é menor.

Tomando como referência a sociedade colonial brasileira, com sua oposição entre a grande lavoura de exportação e a economia de subsistência, em Itinguçu identifica-se a herança da economia que se estabeleceu à margem da grande lavoura. Esta economia que se constituiu na forma possível de trabalho livre. Assim, com uma ampla disponibilidade de terra, ausência de capital para sua aquisição, além da incapacidade dos centros urbanos absorverem a população, só restou a essa situar-se nas margens das cidades e dos pólos de desenvolvimento, como

⁶Toma-se a visão de família enquanto espaço privado e atomizado da vida social, reservado à intimidade, onde se realizam a afetividade, a sexualidade e onde se constrói a subjetividade (ALMEIDA, 1987).

produtores independentes, isolados e, inicialmente, auto-suficientes. Não por acaso a população de Itinguçu é originária de regiões que têm por excelência a economia de subsistência: Bahia, o sertão ou o agreste do Nordeste e Minas Gerais.

Na história dos moradores a família sempre desempenhou um papel muito importante. A vinda para o local, tanto quanto sua permanência aí, tem como base de sustentação o núcleo familiar. A família se apresenta como o grande mediador entre o indivíduo e a sociedade, assumindo a provisão de uma carência institucional não resolvida por outros agentes.

Devida à precariedade da inserção no mercado de trabalho por deficiências desse mesmo mercado, falta de instrução ou de qualificação técnica para o exercício de funções, a casa dos pais é o porto seguro para o qual voltam os filhos quando perdem o emprego ou quando desfazem as uniões, em geral não legais. As famílias nucleares são extensas e essas agregam parte das novas famílias constituídas em novas uniões - filhas descasadas e netos, principalmente.

Para as famílias que têm em suas atividades a combinação de sítio e o comércio das "barracas", há uma margem de renda maior para atender as necessidades familiares.

A maior parte dos moradores une-se consensualmente. São raros os casos de casais legalmente unidos. Não tão raros são os casos de maridos com duas famílias constituídas, simultaneamente, com filhos em ambas com as mesmas idades. As relações maritais do primeiro "casamento" podem persistir sem reprovação social explícita ou restrição social do grupo local. Os filhos se criam em ambas as casas e o dono transita de uma para outra e, como não são casados legalmente, não se distinguem os filhos legítimos dos ilegítimos. Conflitos podem surgir com relação aos direitos sobre os bens e sobre a posse da terra.

A união consensual, tal qual o casamento nas sociedades tradicionais, é um ato de interesse econômico e sexual e o primeiro passo para a vida adulta. E não existe maior constrangimento quanto ao

fato de não serem legalmente casados, embora se observem contradições quanto à valorização desse ato social, como denotam os depoimentos das mulheres.

As uniões consensuais parecem indicar uma transitoriedade relacionada a condição de moradores de uma Estação que, legalmente, não deve conter moradores, mas tem moradores, que não pode extrair palmito, mas na prática o palmito é extraído. Sugerindo a mesma transitoriedade dos laços que possuem com a terra. O que define sua condição de direito não é a lei, mas a posse. A posse, a ocupação efetiva, é que define a sua condição de morador agricultor. É um raciocínio coerente com o princípio que move a união não legalizada. A vida em comum, a constituição de uma família, confere o estado civil "casado/a". A existência de filhos, associada ao projeto de vida comum, consolida este estado. Todos os entrevistados, homens e mulheres, declararam-se "casados", embora apenas dois possuam o registro civil.

Dada a condição restritiva de uma Estação Ecológica, impedindo a construção de novas "residências", os filhos que se casam não têm o direito de edificar uma casa para si, restando como alternativas sair da área ou morar nos mesmos cômodos da casa originalmente concebida para a primeira família, já bastante exígua. Daí a afirmação dos moradores de que quem casa deva sair de casa, numa alusão à necessidade de se estabelecerem independentes dos pais.

Nesta disposição familiar o "posseiro" é o chefe da família. A sua condição de oferecer uma casa que abrigue a todos coloca-o numa posição hierarquicamente superior. Ele é autoridade, secundado pela mulher, mas ao mesmo tempo vê limitada sua autoridade quando é forçado pela circunstância a receber um filho ou uma filha casada para morar em sua casa. Nesse momento, dividem-se as opiniões entre o marido e a mulher. Geralmente a mulher é favorável. Para o chefe de família, que já luta com as dificuldades de sustentar sua família numerosa com o produto do sítio, coloca-se uma situação difícil por não ter como sustentar um número maior de pes-

soas, fragilizando sua condição de chefe.

A situação de escassez de moradia, de terra para plantar e de ponto para o comércio é motivo de inúmeros conflitos familiares dentro dessas famílias extensas. Leva também à busca de outras formas de sobrevivência nem sempre aprovadas. Não é raro que os filhos se iniciem no descaminho das atividades marginais. A falta de perspectiva para os jovens, muitas vezes induz a delinquência e o uso de drogas.

A ocorrência de sérios conflitos entre membros das famílias observadas nem sempre são mencionadas, mas pôde ser detectado através do cruzamento das informações.

O direito de posse é uma das principais razões dos conflitos familiares:

“O certo dessa barraca, o certo mesmo dessa barraca, seria ir pra D. Margarida, se a velha estivesse aí, qualquer filho de Benedita que viesse aí, fosse aí ajudar a vender o milho, uma coisinha, ela não ia empatar, só que aí entrou esse aí, ele não deixa nem a própria mãe entrar dentro. Quanto mais os irmãos, os sobrinhos lá não pode entrar, por que se entrar tá roubando. Pra ele né” (M. J. M., 44, 1999).

A conduta desviante dos filhos é, na maior parte das vezes, ocultada pelos pais. Há casos de famílias muito extensas em que tais condutas foram absorvidas pela família que se fecha e se defende, estabelecendo uma solidariedade no âmbito restrito do grupo doméstico. Outros casos existem, entretanto, em que os desvios são claramente apontados pelos familiares e, ainda, casos extremos em que o pai denuncia o próprio filho.

A rede de relações primárias, sobretudo do agrupamento doméstico revela-se de diversas formas nos depoimentos e estratégias de sobrevivência elaboradas pelos entrevistados. Os dados mostram um predomínio da família organizada em padrões tradicionais quanto a atribuições de papéis e lugar ocupado pela mulher no conjunto familiar entre os mais velhos.

Não há notícias de reações paternas mais graves diante da iniciação sexual das meninas jovens, fato comum. A fuga é um recurso utilizado pelos jovens para sair de uma situação de namorado

para outra de casado.

Essa transgressão sexual dos jovens não indica a alteração das regras de conduta tradicionais presentes e simbolicamente fortes entre os mais velhos, no que se refere à subordinação da mulher ao homem.

A maior parte dos homens, não só de Itinguçu, mas da região, são solteiros, porém tem uma ou duas famílias.

Os desentendimentos nas famílias assim constituídas se dão entre os filhos de uma e de outra por causa do "direito de herança da posse". Quando vivem em casas separadas, os filhos de uma frequentam a casa de uma e outra sem problemas.

Nessa organização familiar há casos em que o marido não sustenta nem uma das famílias. As mulheres é que trabalham para se manter. Em outras, o marido dá o dinheiro para a mulher mais recente, enquanto a anterior tem que brigar para obtê-lo. As mulheres do primeiro casamento são em geral ajudadas pelos filhos mais velhos, que também ajudam o pai.

Na vida familiar Itinguense predominam ainda os traços da organização tradicional, que estão intrinsecamente relacionados às formas que toma a organização econômica. A agricultura familiar de subsistência desempenha um papel importante na manutenção desses moldes. Mesmo os que vivem do comércio têm o negócio na forma familiar, revezando-se nas barracas: pai, mãe, filhos. A economia familiar, traço característico marcante, é o comportamento padrão. Todavia, já se notam adaptações dessas formas tradicionais aos novos valores disseminados através dos meios de comunicação e às novas formas de obtenção da renda, principalmente entre os jovens casais.

Nota-se a coexistência dos valores tradicionais - numa alusão à divisão sexual do trabalho, em que o homem é o provedor e a mulher é responsável pela casa e o cuidado dos filhos - e a modernidade das relações, em que a liberdade sexual é admitida pelas mulheres mais velhas às jovens, tanto quanto a necessidade feminina de ter um homem.

A vida conjugal dos Itinguenses é marcada

pela troca de parceiros ao longo do tempo. Espancamento e ameaças são recursos que mantêm a sujeição feminina.

No "casamento" o homem goza de considerável liberdade de movimentos, incluindo transgressões de caráter sexual. Candido (1971), referindo-se à vida do caipira, aponta algumas características aqui também encontradas, como o aspecto econômico das uniões dos sexos. A união dos sexos é a primeira forma de auxílio mútuo na lavoura e também a forma para a constituição de novos núcleos familiares. A união consensual é uma aliança que não só funcionou bem em Itinguçu, como se constitui na única forma de viabilidade da organização familiar. Igualmente a facilidade de uniões novas e livres, admitidas socialmente, facilita a manutenção do equilíbrio necessário. Daí não ser incomum a troca por parceiras mais jovens, que tenham boas condições físicas para auxiliar na lavoura.

A criação da EEJL, ao retirar dos posseiros a perspectiva de ter uma propriedade, de exercer as atividades de extração e agricultura comercial, alterou a coesão familiar. Em suas relações com o meio externo muda a sua condição de morador para transgressor e, internamente à família, fragiliza o papel do chefe, enquanto provedor e autoridade.

Em alguns casos a criação da Estação promoveu a expulsão de moradores como o depoimento que segue:

"A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) fechou a porta de sua casa. Para você não morrer de fome você vai ter que procurar um meio de viver. E o meio que eu achei foi vir para a cidade (Peruíbe). Eu fiquei aqui uns 3 anos sofrendo aqui na cidade, porque não tem outro meio de trabalho. Nosso recurso é a construção civil. Quando eu morei lá, esses 7 anos que eu morei lá, nunca pedi nada pra ninguém, vivia sob o sustento dali mesmo, tinha meu caminhão que me servia e servia os próprios moradores dali" (A. B. S, ex-morador de Itinguçu, 2000).

As novas famílias que se constituem apresentam características diferentes das famílias mais antigas. Primeiro, porque não têm a base econômica em torno da qual se aglutinam todos os membros. Os jovens casais iniciam suas vidas sem ter uma terra que

lhes garanta a sobrevivência. Quando permanecem no local, se empregam como caseiros nas casas de veraneio existentes. Essas oportunidades, no entanto, são restritas e insuficientes para atender toda a demanda. Há casos em que os jovens adultos permanecem em situação precária de emprego. Fazem bicos nas barracas, em época de temporada, arrumam uma cerca ou qualquer outra coisa em troca do pagamento de uma diária que varia de R\$5,00 a R\$15,00. Esses expedientes para obter recursos são instáveis, precários e insuficientes para a manutenção de uma família.

As relações sexuais que antecedem às uniões não legais predominam no grupo, sem que isto represente qualquer motivo de vergonha. Ao contrário, a transgressão dessa sanção social que legitima as relações entre os sexos, esse modelo alternativo de casamento é o comum.

Mesmo no caso de mulheres cujos maridos possuam simultaneamente outra família, a ausência da formalidade do casamento não interfere na "legitimidade" com que se referem ao "marido". Ambas sabedoras da existência uma da outra se dizem mulher de "fulano". As uniões representam uma oposição entre as leis e as normas, de um lado, e a prática, de outro.

Os motivos pelos quais as mulheres são abandonadas não ficam claros, mas o que se observa é que as mulheres são substituídas por outras mais jovens, sugerindo que a existência da mulher está associada à noção de força de trabalho.

O amasiamento significa ser mais uma situação de subordinação da mulher nesse grupo, à condição de não ter o direito da segurança advinda da situação legal. Tais circunstâncias são encontradas nos casais em que a mulher se aproxima mais do padrão tradicional de segundo sexo, por isso, complementar e onde a autonomia (social e econômica) mínima inexistente.

Da perspectiva do homem, o casamento legal é sinônimo de "pensão":

"o juiz tá lá parado, esperando... ninguém vai lá para assinar nada... e o mêdo? É só assinar que já era... e tantos caras aí dando pensão...e cara foi reclamar e o advogado

falou: a pensão está assinada, é por lei.." (E. F., 57, Itinguçu, 2000).

A segurança de um casamento legal desejada por algumas mulheres refere-se às questões do patrimônio. Como a existência de mulheres e filhos de outros casamentos é recorrente, a preocupação das mulheres é em relação a partilha dos bens.

"para mim... o casamento não seria importante, só a única coisa que seria importante, seria assim, por exemplo, ele tem os filhos (de outra mulher)... se eu fosse casada com ele as coisas dele seriam só minhas, mas eu acho que agora, mesmo se eu casar com ele, acho que os filhos dele tem o direito, porque é filho dele registrado no nome dele, entendeu, só nessa parte aí..." (M. J. M., 44, moradora, 1999).

Embora o comum na cultura local seja a união consensual, o casamento legal é uma idealização que mesmo não tendo sido atingida permanece como desejo que se realize para os filhos:

"Hoje eu tenho uma filha, eu fui criada nessa geração, eu não acatei, fugi, sou amigada... só que eu criei uma filha, só que eu não aceito minha filha nessa situação... eu acho o casamento importante" (M. J. M., 44, moradora, 1999).

Paralelamente à persistência de comportamentos tradicionais da família e a dominação masculina, na prática, o desempenho das mulheres, tal qual se observa em outros agrupamentos, não tem diferenciação da do homem. A organização familiar desempenha uma função econômica importante, pois as famílias extensas encontradas dependem dessa organização. Assim, é comum haver um chefe que reúne em sua casa e ao seu redor os filhos e netos. Apesar de responderem que quando se casam os filhos saem para morar em outras casas, observa-se com frequência os netos morando ou sendo criados com os avôs.

Os valores e a autoridade do chefe da família coexistem com as uniões não legais dos filhos e com o acolhimento dos netos na moradia, o que denota um afrouxamento dos valores tradicionais no que se refere à sexualidade das jovens. A maternidade nem sempre é acompanhada da união, seja legal, seja consensual. O ponto inicial de uma família é a escolha do cônjuge. Observa-se nesse grupamento que

casar é necessário dentro das condições de vida sexual vigentes no meio. Só que os jovens se amasiam, tanto quanto os mais velhos. A iniciativa de escolher o cônjuge é dos próprios interessados, embora algumas famílias tenham declarado que a decisão é conjunta. Em muitos casos os cônjuges são da própria região e mesmo do núcleo.

Não foi observada a existência de algum tipo de preconceito em relação à escolha dos cônjuges (cor, religião, etc.), nem a condição ou condições necessárias para isto, mas existe um ideal de homem e de mulher para fins de "casamento". Em famílias com laços de amizade pode haver o início das conversas e pretensões através dos pais, mas a união só se define com a decisão dos diretamente interessados.

A constituição de uma nova unidade doméstica traz vantagens para os homens e permite preservar a sua liberdade de movimentos, com transgressões de caráter sexual, mas, sobretudo, com solução das necessidades básicas cotidianas: local para dormir, comer, roupas limpas, etc.

Do ponto de vista econômico, representa um auxílio mútuo. As uniões livres de casais servem para corrigir a fragilidade individual ante uma sociedade que não oferece oportunidades para o exercício da cidadania. Como não há condição do pertencimento enquanto cidadão, o acasalamento, mesmo que livre, confere uma identidade, um papel dentro da família que se constitui. Pertencer a uma família é uma forma de busca de uma identidade social.

A fecundidade das mulheres no núcleo já foi alta. Entre os antigos moradores, as famílias são numerosas, já que não existia nenhuma restrição ou controle da natalidade. Atualmente, as novas famílias que se constituem apresentam características diferentes no que se refere ao número de filhos, já fazem o controle da natalidade; as mulheres não se sujeitam tanto a maus tratos e violência, colocando-se sempre a perspectiva de desfazer a união conjugal.

Pelas características encontradas em Itinguçu (abandono da agricultura de auto-subsistência, crescimento das atividades do comércio ao turismo, etc.)

pode-se deduzir que as sérias alterações que vêm ocorrendo deverão se acentuar caminhando para a desorganização familiar, pois a base econômica de sustentação está ruindo. As famílias antigas já não conseguem sobreviver da agricultura e ainda agregam ao seu redor, as famílias dos filhos que não conseguem autonomia.

A essas alterações do abandono gradativo dos valores norteadores das famílias agrega-se a introdução de novos valores disseminados na sociedade abrangente e novas necessidades veiculados através dos meios de comunicação e outros compatíveis com as novas "oportunidades" econômicas, isto é, as atividades não rurais.

O que se observa em Itinguçu é uma mudança da estrutura social calcada no trabalho familiar, na terra, na agricultura⁷ de subsistência substituída pelo comércio e serviços temporários apenas para pequena parte dos moradores, sem perspectivas futuras. Observa-se, também, a mudança gradual do quadro referencial de valores de uma sociedade como que numa adaptação à realidade diversa e adversa em que esta se aplica. Assim, os princípios estruturais permanecem como modelo: o casamento, a herança do "patrimônio", os direitos e deveres contidos nas relações inter-família, só que adaptados aos impedimentos práticos e concretos. Para o casamento tem-se o amasiamento, para a propriedade tem-se a posse e a transmissão de seus direitos, para o trabalho tem-se as novas atividades não rurais como: "guardadores de carros", guias, etc. A composição familiar não se constitui mais no modelo tradicional. As famílias agregam outras famílias "quebradas", fi-

⁷A agricultura é praticada entre os membros da família, é um trabalho sem especialização em que quase todos participam de uma forma ou outra. Não existem formas de especialização de funções, dado os baixos níveis da divisão de trabalho e da estratificação social, tal qual descrito por Franco (1969) referindo-se à sociedade caipira: "A pobreza da cultura reforça essa tendência (de economia que não se assenta em divisão de trabalho, não sustenta formas de especialização e de estratificação social). As tarefas simples e rotineiras podem ser completamente dominadas por todos os membros da família." Os instrumentos utilizados atualmente são ainda rudimentares: cavadeira, machado, foice, enxada, enxada, sem o uso de tração animal nem arado. É comum a criação de pequenos animais, como porco e galinha, para consumo próprio e mesmo um incipiente comércio.

lhos de maridos diferentes, filhos de mulheres diferentes, reunidos num mesmo núcleo residencial. Além dessas, há as famílias chefiadas só por mulheres, chefiadas por homens sós, e "marido" e "mulher" morando em casas separadas. No núcleo estudado há, também, pessoas que buscaram o isolamento, homens e mulheres que não se casaram novamente.

Com todas as mudanças nos valores trazidas pela flexibilização e instabilidade do trabalho atualmente, mesmo assim, a família ainda permanece como símbolo moral ideal de referência, e como um *locus* da segurança material e emocional.

4 - CASAMENTO, MATERNIDADE, SEXUALIDADE

Pode-se dizer que em Itinguçu a vida conjugal representa uma situação desejada e imposta pelas condições econômicas e pelos valores do grupo de moradores. É também uma condição de estabilidade e segurança para a viabilização do projeto de vida: a autonomização dos indivíduos em relação à família.

As uniões consensuais, em sua maioria, constituem a regra local, isenta de desconsideração ou discriminação. Entre as mulheres, observa-se maior desejo de que a união seja legal. Uma interpretação possível para isto é a condição instável de sujeição, o grande número de filhos e a ausência de outras alternativas de ganho ou sustento.

O casamento para as mulheres tanto quanto para os homens de Itinguçu significa adquirir autonomia sexual e existencial em relação aos pais. Significa a aquisição do estatuto de adulto.

Tal qual acontece no resto do País, observa-se o abandono do modelo nupcial tradicional - em que o namoro e o noivado que o antecedem servem para dar conhecimento um do outro. Nesse caso, "primeiro vivem juntos, depois vêem se dá certo", proliferando os arranjos conjugais alternativos. Embora consensual quase na totalidade dos casos, esse tipo de união representa tanto uma situação imposta pelas condições econômicas quanto pelos valores grupais. O casamento é a forma de manter a organi-

zação familiar e a estrutura que garantem a sobrevivência dos moradores de Itinguçu.

Na escolha do cônjuge, início de um novo núcleo familiar, observam-se critérios de ordem pessoal. Os casais se constituem sem registro civil, nem festa. Existem casamentos entre a vizinhança, mas não é a regra e não há imposição da vontade do pai, "elas mesmo é que escolhem". Na opinião dos chefes de família, um bom pretendente deve ser trabalhador, não deve judiar da mulher, deve ser responsável: "que cuide da mulher, que dê conta do recado, não que depois largasse, ficasse falando aí da pessoa" (A. R. R., 57, Itinguçu, 1999).

"Acho que a gente para casar tem que saber primeiro o que vai fazer, porque depois voltar atrás, não dá certo" (M. F. V. L., 21, caseira, Itinguçu, 1999).

Uma interpretação possível sobre esse processo de união é que, devido à precariedade das condições dos pretendentes (falta de emprego, residência, etc.), eles não podem oferecer a provisão necessária a uma família; o costume é criar uma situação de fato cuja solução seja morar juntos, muitas vezes na casa dos próprios pais. Não é raro essas uniões se darem com jovens de tenra idade e em razão de uma gravidez já em andamento.

Nas famílias mais organizadas as moças recebem, na puberdade, instruções sobre os pretendentes ideais: "no nosso caso foi o meu pai e minha mãe. Os dois falaram com a gente. Eles falavam que "gente de dente aberto"⁸ não dá nada não. Tinha que caçar uma pessoa que preste. Minha mãe também avisou a gente" (M. F. V. L., 21, caseira, Itinguçu, 1999).

O casamento, enquanto situação definida, é a condição necessária para a aprovação do grupo social, mesmo que não seja registrado em cartório.

Estratégias para a consecução desse estado, as mais recorrentes, são as fugas. A fuga é um ato que marca a mudança, é a quebra de um estado para outro. É um marco de emancipação, "independência" pessoal, a evidência da assunção da responsabilidade por si mesmo.

⁸Gente de dente aberto - expressão usada para definir "rapazinhos" que vivem rindo para os lados das moças, só para enganar.

"O casamento não é caro...é porque foge... quando é um casamento fugido é uma coisa, quando é um namoro e o namorado querer, abertamente, usar a noiva, usar... perto da mãe e do pai é diferente...aí não tem nada de fugido, não... aí ela foi pra casa do noivo sem... não existiu fugir, não... Aqui a maioria faz isso. Eu já sou de uma criação que não aceita isso...a minha filha eu não aceito ela ficar beijando homem perto de mim...então vai muito da criação...eu acho que tem que ter para mais tarde ser feliz, porque se ela não tiver respeito ela não vai ser feliz" (M. J. M., 44, 1999).

Não tendo conseguido a realização do seu projeto de família, algumas mulheres projetam para suas filhas a realização desse ideal:

"As pessoas casam para ter uma casa... eu acho... quando eu era solteira eu sonhava em ter uma casa, uma geladeira, um fogão, ter minha casa, eu sonhava isso. Eu acho que a situação da minha filha é isso aí. Porque a criação que está hoje as moças não precisam casar para ter um homem, cê sabe disso aí. Isso virou rotina, então eu acho que a maioria quer casar para ter a casa dela" (M. J. M., 44, 1999).

Embora afirmem que não há interesse no casamento por não haver direito de herança, existe a prática da transmissão do direito de posse. Muitas vezes em situações conflituosas com a SMA - Instituto Florestal. O direito hereditário da posse é o recurso utilizado constantemente pelos moradores em todas as situações em que vejam ameaçada a sua permanência no local. É o costume praticado e disseminado como norma de comportamento grupal.

"Aqui não adianta ninguém casar por interesse porque aqui não tem herança. E as meninas aqui não procuram casamento para ter uma casa, porque elas não querem casamento para ter uma casa, elas querem um homem". "Os meninos casam com as meninas daqui... elas levam só a roupa do corpo. Não tem um pano de campana, então eu acho que nem os pais se preocupam com os filhos, nem os filhos...elas acham que casar é ter uma casa, uma casinha de brinquedo" (M. J. M., 44, 1999).

No discurso da moradora se apreende um modelo de casamento que serve de referência e parâmetro para as situações concretas, mesmo que a prática se mostre, muitas vezes, pela sua antítese.

"O casamento pra mim...eu achava uma coisa boa, e eu ... entrei bem, não era nada daquilo que eu sonhava. Eu esperava ter uma casa bonita, em ficar só dentro de casa. Não precisar trabalhar, não precisar sair. O casamento pra mim era como se fosse quando ele me conheceu, levar pra comer fora. Eu achava que ia ficar nisso a vida inteira. E não foi nada disso que eu pensei... por isso que eu falo, casamento não é como a gente pensa. O casamento é uma sujeira, pra mim eu acho que casamento não é importante, por isso que eu falo para as meninas, não casem cedo, porque casamento é uma ilusão, no começo tudo é flor" (M. J. M., 44, 1999).

A referência desta moradora ao casamento se aplica às concepções e idealizações da família reconhecendo ao mesmo tempo sua irrealidade. Depreende-se aí a frustração diante da impossibilidade absoluta da concretização do ideal.

É comum a consagração das relações sexuais anteceder ao casamento e por esta razão a virgindade não é uma preocupação entre as jovens. A iniciação sexual das meninas se dá entre 12 e 15 anos.

"Eu acho que essas coisas nem existem mais. O povo agora só pensa em ficar, não tem mais compromisso, que nem, antes era sério, tinha que casar virgem. Tá tudo mais moderno. No mundo que nós estamos hoje, de treze anos para cima as meninas já tem vida sexual. Os meninos devem ser mais caretas, as meninas que devem provocar...eu acho...porque eu conheço uns menininhos e eles não são tão apavorados. Tem rapaz de dezoito, dezenove anos que não tem mulher. São mais sossegados. Agora as meninas de treze para cima...já vem cartinha tal...fulano mandou um recado para você, conheço muitas assim" (M. F. V. L., 21, 1998).

Pode-se depreender que as meninas têm mais iniciativa. Nessa faixa etária o uso de anti-concepcionais é conhecido como a forma utilizada para evitar filhos, mas nem sempre é adotada.

Diferentemente das mulheres mais velhas, a preocupação em evitar a gravidez está presente entre as jovens. Entre as moradoras mais velhas, a natalidade tinha outro significado. Filhos eram sinônimo de força de trabalho, o maior patrimônio da família rural. Da perspectiva do gênero, calcada na referência da sociedade tradicional, a gravidez poderia

ser o traço mais nítido da afirmação da feminilidade dessas mulheres, já que seus corpos são usados para o fim primordial reprodutivo e definidor de uma identidade pessoal e social.

Não existe nenhuma parteira em Itinguçu. Os nascimentos ocorrem no Hospital em Peruíbe. Não existe nenhuma norma de comportamento familiar que oriente o período de gestação e pós-parto. Nem sempre as mães cuidam da filha ou nora e do bebê.

"Meu filho teve nenê esses dias, faz um mês e eles que estão cuidando, é a geração mais jovem e independente. Antigamente vinha a pessoa cuidar. Vinha a mãe, a sogra, ficava um mês. Agora, na verdade, meu filho não quer e a minha nora também não" (M. A. O., 47, 1998).

"...das meninas nossa que estão crescendo e não casam, amigam.."

"o casamento é importante, numa parte, na outra parte eu não sei, por que eu, por exemplo, não sou casada, mas veja bem, quando eu fui embora, fugi com meu marido, eu fugi, foi um casamento fugido, ele me enganou, eu não sabia que ele era casado" "... eu acho casamento importante" (M. J. M., 44, 1999).

Liberdade sexual é um fato recorrente:

"com a criação que está hoje, as moças não precisam casar para ter um homem, você sabe disso aí, isso hoje virou rotina, então eu acho que ela quer casar para ter a casa dela (referindo-se à filha).. eu acho que a maioria quer casar para ter a casa dela" (M. J. M., 44, 1999).

A dupla maritalidade dos homens, comum em Itinguçu, é vivenciada pelas mulheres submissas:

"...vão vivendo, fazer o quê?... duas mulheres dentro de casa, a cama de uma lá e a outra aqui. Cada uma com uma cama, no mesmo quarto, isso aí, acontece aí, a cama da Bia aqui, a cama da Dita ali" (M. J. M., 44, 1999).

A aceitação dessa situação é vista pelas próprias mulheres como fraqueza, mas revela o alto grau de sujeição a que estão submetidas as mulheres, relacionado à dependência com que se inserem nessa estrutura familiar em desorganização.

A convivência das mulheres "casadas" com o mesmo homem é apenas aparentemente pacífica. A disputa pelos bens (sítio, lanchonete) e por recursos (renda) é intensa.

“a segunda mulher quer que vem para os filhos de cá e a outra quer que... , você entendeu? Isso aí, é entre os filhos, é o filho da primeira mulher brigando com a outra mulher, a esposa mesmo não abre a boca para nada” (M. J. M., 44, 1999).

As mulheres nessas situações não se vêm com direitos a reivindicar, resignam-se:

“A e B conviveram, morando junto. Porta com porta na frente. Portanto, um filho da A nasceu hoje, da Dona B nasce amanhã. E o homem não sustentava nenhuma das duas famílias... elas que tinham que trabalhar pra se manter” (M. J. M., 44, 1999).

“(O marido)... não sustenta até hoje. Quem sustenta ela é os filhos. Os filhos que tem que “olhar carro”, que tem que trabalhar. Ele não trabalha para ninguém, sustentar com o quê? Ele não tem dinheiro, não é rico... o sítio não é dele. Quem sustenta eles são os filhos, inclusive os filhos do lado da mulher, do primeiro casamento, dão a maior força para ele... (M. J. M., 44, 1999).

A relação dos filhos com as diferentes mulheres pode ser boa, tanto quanto a dos filhos entre si, salvo quando tem algum interesse em jogo, que envolva patrimônio (sítio ou barraca).

“A (segunda mulher) trata bem eles, não tem nada, só tem esse aqui da barraca que não são unidos, o resto tudo se dá com a Ana, se dá com os meninos, então os que moram em São Paulo vem aí, os daqui vão em São Paulo, Luiza é filha de Ana, ela vive na casa das irmãs, pelo lado do pai, que é filho da primeira mulher, Luiza, não sai da casa da Dona Tereza... eles consideram a Dona Tereza como se fosse a mãe deles, o único que é desligado é o Neco, por que eu não sei, por causa dessa barraca, por que o certo dessa barraca era pra todos. O certo dessa barraca, o certo mesmo dessa barraca, seria ir para Dona Tereza, se a velha estivesse aí, qualquer filho da Ana que viesse aí, fosse aí ajudar a vender o milho, uma coisinha, ela não ia empatar, só que aí entrou esse aí, ele não deixa nem a própria mãe entrar dentro. Quanto mais os irmãos, os sobrinhos lá não pode entrar, por que se entrar tá roubando. Pra ele né” (M. J. M., 44, 1999).

O recurso de utilizar o auxílio e sustento dos filhos, contar com os filhos, traços da sociedade rural tradicional, permanece. Quando falam das expectativas para a vida dos filhos se constata a importância

que dão ao casamento legal:

“a gente espera que essas crianças que tão aqui não façam isso, por que a maioria dos filhos aqui, dos barraqueiros, nossos filhos estão indo no caminho dos pais, por que D. Joana tem 4 filha, 5 filhos casados vamos dizer, os 5 filhos nenhum é casado, a Teca, a Marina, a Silvia, a Cleide e o Zé, né. Cinco filhos não é casado, foram no caminho da mãe e do pai. O Lauro aqui tem a Marli, tem o João, a Jussara, o Calito, o Célio, nunca os pais não casaram, a maioria, eles vão no caminho do pai, o pai não casou” (M. J. M., 44, 1999).

A regra social da necessidade do casamento legal para a consagração das relações sexuais é uma arma, utilizada às vezes no momento necessário:

“... eu liguei pra minha filha, dando bronca nela (porque resolveu casar antes de entrar na Faculdade conforme combinado com os pais), ela disse para mim, a Sra. gostaria que eu fizesse o que a Sra. fez, ela jogou a arma na minha cara, então eu acho melhor ficar quieta, né. Eu falei: Mas não é isso que eu quero para você, não é isso que eu sonho para você, eu não sou feliz por causa disso” (M. J. M., 44, 1999).

Para as mulheres o casamento legal é algo desejado, embora não fácil de se realizar. É como se ao casar o homem estivesse dando um “status” e um poder maior à mulher, principalmente no que se refere ao direito ao “patrimônio”, como denota depoimento de um morador:

“Ela pegou o papel lá para ela assinar e ela não leu, que ela estava com pressa para vim cuidar da atividade. Ela não pegou para ver o que que era e assinou. Mas não tem problema, que eu não sou casado com ela no civil e ele perdeu o pulo. (Dirigindo-se à mulher): depois, se eu quiser passar para o seu nome, se eu quiser casar com você no civil eu caso. Ele perdeu o trabalho dele, a barraca é minha” “... ela é primária, chegou agora. Eu plantei a vida aqui.” (dirigindo-se novamente à mulher) “ele fez aquele negócio para regularizar o meu direito, pensando que eu fosse casado com você no civil” (G. P. S., 60, 2000).

Existe mágoa das mulheres em relação aos homens sobre isto. O casamento legal depende deles para se realizar e como eles não se dispõem a atender essa formalidade, as mulheres se resignam com

a situação. Daí as respostas às vezes contraditórias das mulheres, ora dizendo que o registro legal é importante, ora dizendo que não é, num conflito entre o desejo, a idealização e a realidade.

A aceitação da união não legal pelas mulheres denota uma condição de desvalia, de não imposição da sua vontade ou desejo, numa subordinação ao homem. Essa aceitação é uma responsabilidade difícil de ser assumida:

“só que eu, quando fugi com o José, eu não sabia que ele tinha mulher...eu era moça, primeiro namorado” (M. J. M., 44, moradora, Itinguçu, 1999).

A busca de um lugar afastado como Itinguçu sugere a possibilidade de afrouxar a coersão social vigente.

São inúmeras as ambigüidades:

“aqui não tem herança, aqui não adianta ninguém casar por interesse, por que aqui não tem herança” (M. J. M., 44, 1999) afirma, mas a transmissão da posse é veementemente reivindicada por todos que se encontram na situação de fazê-lo.

Na idealização da vida nota-se a relevância que tem a formalidade do casamento legal:

“porque a minha preocupação da minha filha pensar em casar, eu estou pensando em enxoval, enxoval que eu falo, não é levar um pano de prato que eu tenho usado aí na minha casa e dar para ela, não é ela levar um chinelo e uma roupa, enxoval, eu explico para elas, para as moças aqui, enxoval não é isso, enxoval é levar bastante lençol, bastante toalha, não é isso? É levar bastante coisa que a mãe da noiva tem obrigação de dar, aí os meninos aqui casam com as meninas daqui, elas levam só a roupa do corpo. Não tem um pano de campana, então acho que nem os pais se preocupam com os filhos, nem os filhos... Elas acham que casar é ter uma casa, uma casinha de brinquedo” (M. J. M., 44, 1999).

As mulheres mais antigas não têm uma boa imagem dos homens mais novos:

“... Deus me livre, esses casamentos de hoje, os caras casam só para prender a mulher dentro de casa, e eles querem aventura lá fora. Eles acham que eles não querem uma esposa, eles querem uma empregadinha, e eles continuam com a aventura deles lá fora, então se não for casado, os dois vão aventurar lá fora. O homem, ele casa e acha

que a liberdade dele continua e a mulher não. É, porque hoje as mulheres, elas acordam e se separam, e outras coitadas que acham que casamento...porque tem muitas mulheres que não têm coragem de enfrentar o mundo lá fora, você entendeu, tá ali, apanhando do marido, mas tá ali, acha que casou tem que ficar ali, não tem coragem, tem medo de passar fome, tem medo do mundo lá fora, tem medo de conhecer outro homem, a maioria das mulheres são assim” (M. J. M., 44, 1999).

Na opinião das mulheres os homens tem uma visão utilitarista do casamento:

“eles acham que eles casaram, chegam em casa a comidinha está pronta, a roupa tá ali, tem mulher de graça pra eles, é isso que eles esperam” (M. J. M., 44, 1999).

Admitem as mudanças já observadas nas uniões e que se distanciam do ideal onde o homem é o provedor:

“casamento não é bom. Hoje, as mulheres casam, elas têm que se manter, se elas quiserem vestir um vestido elas têm que trabalhar e, mesmo assim, tem mulher que trabalha e nem dá pra comprar roupa, a maioria hoje tá assim” (M. J. M., 44, 1999).

O ideal de "marido" para casar com a filha é relativizado diante das possibilidades reais:

“uma pessoa trabalhadora, que não tinha vício, de boa família, que tivesse pelo menos uma casa para morar, um bom emprego, isso aí, não quero homem rico, porque dinheiro não traz felicidade para ninguém, meu sonho não era arrumar homem rico, era ter uma pessoa que tem um emprego, que tem um teto para morar, que seja honesto, que não tenha vício (M. J. M., 44, 1999).

“O casamento no cartório é importante porque é a única coisa que consta, se eles tiverem alguma coisa, para os dias que eles se separarem... ele não casou até hoje por que só me enrola, porque quando eu vou falar para ele assim para nós casar, ele joga na minha cara, ele joga na minha cara. O que eu tenho é dos meus filhos, entende, o que eu fiz é dos meus filhos. Porque ele tem a casa em São Paulo, então ele joga na minha cara, então eu falo pra ele: José vamos casar, aí quando ele fica nervoso, ele fala, casar... o que eu tenho é dos meus filhos” (M. J. M., 44, 1999).

Os registros de nascimento são igualmente negligenciados. Os nomes dados às crianças ora são do pai, ora são do avô.

“Eles não dão essa importância, casamento é importante também nessa parte, uma pessoa que é casado legalmente, quando nasce o filho, o sonho é o batismo, e o pessoal aqui, o filho nasce é que nem bicho, não registra, demora para registrar, não leva na igreja... E quando registra também, sabe, não se preocupam em guardar o próprio registro, batismo é a coisa mais difícil, ainda mais agora com essa história de crente” (M. J. M., 44, 1999).

As relações de compadrio, com obrigações recíprocas, em alguns casos existem trazendo o costume da família, mas não podem ser generalizadas.

“Na minha família por exemplo, escolhe o padrinho e a madrinha. Da própria família, são irmãos, essas coisas assim. Geralmente, pessoas de família de descendência de italiano, espanhol, geralmente, é família, não mistura estranho, agora, geralmente nortista procura gente estranha, você pode ver que nortista procura estranho, agora por que não sei. Por exemplo, as minhas filhas, quem é madrinha? Minha irmã, eu sou madrinha de dois sobrinhos, meu irmão, ele é padrinho de Márcio, ele é padrinho do Rivaldo, o compadre Zé é padrinho de outro, sabe meus sobrinhos, nós somos em dezenove sobrinhos, os padrinhos acho que têm três que não é família, o Rodrigo que é o Márcio, a Érica, a Érica foi o avô dela que é por lado do pai dela, o Daniel e o Márcio o resto é tudo família” (M. J. M., 44, 1999).

A gente tem obrigação. A gente vai lá visitar e levar um presente. Principalmente quando é criança, depois de rapaz, aí eles vira, eles que dá presente. Meu sobrinho agora, ele que veio me visitar e trazer presente, então é assim, minha irmã é madrinha da minha filha, é o respeito, e casamento também, quando minha família casa, é família, a gente não chama ninguém por interesse” (M. J. M., 44, 1999).

O controle dos pais sobre as filhas, principalmente, escapa a partir do momento em que se iniciam no trabalho.

“...a mais velha, com 15 anos, já começou empregar, aí eu falei você tem que falar com o seu pai, eu da minha vez, você pode se empregar para trabalhar, comprar suas roupas, seus sapatos, porque eu mais ele não tem condições de dar, mas você tem que saber honrar o seu pai. Aí o pai deu ordem...a mais velha foi a que se perdeu. Não casou, é mãe

solteira. Bateu cabeça para cá e para lá, quando chegou numa certa altura, chegou aqui esperando uma menina. Essa menina já fez 3 anos. Ela ficou com nós, até ganhar a menina, quando a menina fez 1 ano inventou de ir para São Paulo, está para lá agora. É filha, mas já é adulta” (A. S. P., 54, 1999).

O consentimento para o casamento é dado muito pelo risco iminente que têm de “se perderem”:

“a gente não pode impedir que case, a gente não quer a filha da gente tudo mãe solteira, tem que apoiar... É melhor a menina casar, com quem ela gosta e quer, do que ela casar com uma pessoa que ela não quer e você quer e depois não dar certo, ela bate cabeça pelo mundo e depois volta par dentro de casa de novo” (A. S. P., 54, 1999).

Os casamentos podem se dar entre os moradores locais ou não e são realizados com pouca comemoração. Quando muito uma “jantazinha”.

“Tudo aqui mesmo. Essa daqui, o rapaz que ela casou era do Ceará, mas ele já era morador daqui, ela arrumou casamento com ele e casou, a outra também, o rapaz que ela casou era vizinho da gente, era posseiro também, e a Cláudia mais velha não casou, ficou mãe solteira e a Silene também casou com um rapaz daqui...” (A. S. P., 54, 1999).

Não existem regras de comportamento relacionadas ao nascimento de crianças e aos cuidados com a parturiente do grupo como um todo. Em algumas famílias as mães ajudam suas filhas nesse período, em outras não.

Os métodos contraceptivos são do conhecimento das moradoras e utilizados em alguns casos.

5 - RELAÇÕES ENTRE OS GÊNEROS

Em Itinguçu, como em outros lugares, não há separação acentuada de gêneros, no que se refere ao trabalho efetivo na unidade familiar e doméstica. A hierarquização de papéis é mais evidente quando as relações de membros da família se dão com os de fora. Nesse momento a mulher se retira deixando a prioridade para o marido. No âmbito privado, no que tange aos trabalhos domésticos, encontra-se certa flexibilidade, muito embora limpar a casa, fazer a

comida, costurar a roupa, cuidar das crianças, lavar a roupa, cuidar da horta sejam tarefas próprias e de responsabilidade da mulher. Os homens (maridos) participam dessas atividades na ausência da mulher. Os jovens (filhos) contribuem mais freqüentemente que o maridos nas atividades consideradas "femininas".

A produção familiar é de responsabilidade do chefe da casa, mas no trabalho, a mulher, com alguma exceção, participa muito. Tarefas da lavoura como capinar, preparar a terra para o plantio, semeadura, colheita são desempenhadas por todos da casa.

As famílias de modelo tradicional são chefiadas pela figura masculina. Mesmo que a mulher desempenhe um papel preponderante no trabalho e na economia da casa, nas famílias constituídas, em geral extensas, a figura do pai é preponderante. Nessas situações a mulher também se coloca em segundo plano. Somente entre os casais diferentes a mulher desempenha um papel mais destacado. É o caso de mulher mais velha "casada" com rapaz mais jovem ou mulher viúva independente, que vive sem companheiro assumido.

Os filhos jovens se encarregam de algumas tarefas como cortar a lenha, cuidar do cachorro, das galinhas, dos porcos. Consertos na casa também são realizados por eles.

As mulheres têm uma diversidade maior de tarefas dentro da unidade familiar, conciliando estas com as do comércio. Nas famílias que possuem "barraca", a mulher fica cuidando da venda aos turistas, principalmente nos dias de maior visitação. As que possuem "carrinho", fazem em casa o pastel para vender, além da garapa e do cachorro quente.

As mulheres não demonstram qualquer insatisfação quanto às suas atribuições domésticas "naturais". Indagada se fazia algum artesanato ou outra atividade além da casa uma das entrevistadas arguiu o seguinte:

"não filha, só cuido da casa, eu limpo a casa, lavo roupa, faço comida, ajudo os filhos irem para a escola, dou conselho para os filhos irem para a escola estudar, porque isso é o mais importante, para mim como mãe deles, em zelar, cuidar da roupa deles...o lanche, qualquer coisa, qualquer

coisinha, para a escola. Para mim essa é a coisa mais importante que eu tenho na minha vida. É ajudar a família". (J. P. R., 55, 1999).

Na atividade de comércio existe uma situação de poder em que a mulher termina se subordinando ao marido. Se as relações entre o casal são boas a mulher pode trabalhar na barraca, no balcão ou preparando comestíveis para a venda, recebendo dinheiro quando solicita ao marido. Se houver um desentendimento a mulher perde o direito a esse recurso e só tem acesso ao produto do que ela efetivamente vender. Diga-se de passagem que como o balcão é domínio do homem, em geral, a mulher nessa condição vê restringida as possibilidades de obter seu próprio sustento.

As relações entre os gêneros é mais igualitária entre o jovens casais. Existem menos diferenças quanto às responsabilidades e regalias para ambos os sexos. Isto pode ser observado mais no que se refere ao trabalho:

"Acho que é tudo igual, mulher hoje em dia é motorista de ônibus, trabalho que o homem faz ela faz também... A diferença que eu vejo nas mulheres é que elas sabem melhor cuidar de um lar. Eu, por exemplo, posso trabalhar uma semana nesta casa e nunca vou deixá-la igual a que uma mulher deixa. Elas têm um jeito carinhoso de fazer as coisas, se você colocar um homem para lavar uma roupa, nunca vai ficar igual..." (I. B. R., 30, 1999).

Embora a força do discurso aqui possa ser maior que a da prática cotidiana, o número de rearranjos matrimoniais entre os jovens casais pode ser um indicativo da menor subordinação da mulher ao "casamento". O mesmo jovem que afirma a igualdade entre homens e mulheres acha muito importante a virgindade e desejaria uma mulher "conservada" para si.

As mulheres desempenham papel muito importante na economia familiar. São as parceiras necessárias para o estabelecimento de uma nova residência, sem as quais os homens não têm condições de mudar de situação ingressando na vida adulta. Em todos os empreendimentos da economia familiar os homens contam com a participação das mulheres. Seja na agricultura, seja no comércio local, seja na

venda da força de trabalho feminina como diarista, sem que isto encontre correspondente respeito pelo papel que desempenha. Os homens não reconhecem essa importância e as mulheres abdicam do seu direito, contribuindo assim para o fortalecimento da hegemonia masculina.

Em Itinguçu, algumas heterogeneidades do gênero feminino merecem menção. Além das diferenças das faixas etárias entre as mulheres moradoras antigas, acima de 40 anos, mulheres mais jovens casadas, mulheres mais jovens solteiras, adolescentes solteiras e meninas, observa-se já diferenças de comportamento. Entre as mais velhas há as que se assemelham mais ao tipo mulher tradicional, subordinada, mulher de agricultor, típica dona de casa que se dedica à família, aos filhos, delegando ao marido o poder de decisão e a representação pública do casal. Outra igualmente subordinada, mulher de "barraqueiro" e agricultor, dedicada ao trabalho da barraca, combinando o cuidado dos filhos com o comércio, abandonou alguns traços da domesticidade, os filhos ficam soltos, sem muito cuidado, sem horários para refeições, às vezes sem refeições, delegando igualmente o poder de decisão e a representação pública da família ao marido, mas apresentando um comportamento de disputa e de resistência às decisões masculinas, o que resulta em surras e violências.

Outras mulheres existem que diferem desse tipo mais tradicional local. São mulheres de forte personalidade, têm maior iniciativa, não esperam dos homens, não se subordinam, não se restringem à situação familiar. Porém, não dispensam a ajuda da força masculina. Em dois casos pesquisados, uma sustenta o marido que tem metade de sua idade. É caseira em um sítio de veraneio e ele a ajuda nos trabalhos externos à casa e no seu próprio sítio; tem uma história de um desquite e posteriores "casamentos" com homens mais jovens. Sua qualificação profissional é de costureira, "herdada" de sua mãe, atividade que desempenhou ao longo de sua vida, e que hoje não exerce mais. Outro caso que chama a atenção é de uma senhora de 67 anos com uma disposição incrível. É viúva há alguns anos e tem uma

relação muito estreita e ambígua de longos anos com um caseiro que mora há 30 anos em Itinguçu e hoje está numa casa ao lado da sua. É comentário corrente que ela não quer se casar com ele. Tem vários filhos adultos e um padrão econômico satisfatório, não aparenta sofrer qualquer privação, ao contrário.

O depoimento a seguir pode ilustrar a singularidade de outra mulher que não se enquadra no padrão tradicional:

"Eu vim morar aqui por causa desse infeliz (companheiro) aí. Por isso que eu vim morar aqui. Por que ele pediu para ajudar a fazer o barraco... porque (ele) não podia fazer, não é? Eu tinha um dinheirinho, as crianças ajudavam tudo. Eles já eram tudo grande...aí foi onde eu cá na besteira de ajudar ele fazer o barraco. Fiquei morando aqui. Mas nós brigava. Nos brigavamos, meu Deus do céu! Um dia ele sentado aí onde tu tá. Aqui Dona C... eu fiz o barraco. Eu fiz o barraco sozinho. Eu disse: tire esse dedo da minha cara. Tome! Dei com as costas da faca no dedo dele. Ele foi sentou. A senhora cortou o meu dedo. E eu ia cortar com as costas da faca? Começou a chorar, chorar. Virou um botoque o dedo dele. Desaforado! Falou que fez o barraco sozinho, porque se não fosse tanta gente ajudar ele nunca que fazia. Nem esse (o que ela mora), nem aquele (o que ele mora)". Isso aqui já estava abandonado porque aqui não morava mais ninguém. Eu estava sossegada no Palhal, já tinha meu barquinho, meu motor. Já tinha aprendido dirigir a motor. Eu saía lá na barra do Una. Nem andava mais por quí. Andava prá lá. Parava na Barra do Una, pegava um ônibus e ia para Peruíbe fazer minhas compras. Ia, botava no barquinho, me mandava" (C. L. N., 67, 2000).

Entre as jovens mulheres existe uma concepção moderna sobre a divisão sexual do trabalho mesclada com a permanência dos valores tradicionais: *"...se por exemplo o marido não puder trabalhar e tiver uma chance pra mulher eu acho que ela pode ir"* (M. F. V. L., 21, 1999).

Mas, apesar da "modernidade", o cuidado dos filhos e da casa é reconhecido como um atributo específico da mulher. Há caso de mulher jovem, mãe solteira, que não quer casar. Mora com os pais e tem projetos de estudos e sair do local para uma situação

melhor, com emprego, etc.

Entre as jovens casadas também existem casos de violência doméstica, causados por bebida e desemprego, todavia as jovens suportam menos essas situações, encontrando alternativa na separação e/ou na busca de outro parceiro. Por isso, é comum encontrar novas famílias com filhos de casamentos anteriores.

Referindo-se às diferenças entre homem e mulher, muitas mulheres apontam a preocupação que têm em administrar o dinheiro direcionando-o sempre para a família, enquanto os homens não se preocupam tanto com isto. Ou seja, a instituição do homem como provedor, que marca tão fortemente o referencial dos valores da sociedade tradicional é mais retórica que prática.

O que está em jogo aqui são as responsabilidades diferenciadas dos gêneros numa estrutura de papéis tradicionais. O cuidado da casa, dos filhos, da roupa são tarefas intransferíveis e nesta condição a mulher não pode abrir mão das atribuições nesse arranjo.

Há mulheres que “chefiam” a família, têm uma fonte de renda certa e uma autonomia em relação ao homem. Essa autonomia parece ser responsável pela autoconfiança que demonstram e pelas opções que fazem. Um dos casos que chama a atenção é aquele em que a mulher (caseira de um dos sítios) se casa com homens mais novos, contando a avaliação que fez dos homens e o porquê escolheu um mais novo: *...“os homens que têm aqui mais velhos, vocês mesmo por si vocês vão ver, são tudo uns pinguço de marca. E esse meu marido não é. Ele toma cerveja, ele toma uma caipirinha, mas ele não é um pinguço, cê entendeu? De jeito de maneira nenhuma, agora os homens mais velhos, aí, eu olhava pra um, meu Deus, caído na estrada bêbado. Olhava pra outro, bêbado. E os que tão solteiro, ninguém quer, por quê, porque não presta, tudo bêbado, pinguço, quem quer isso?”* (M. M., 59, 1999).

Neste caso a renda fixa da família é garantida pela mulher e a divisão do trabalho é a seguinte: ele fica com o serviço pesado da agricultura do sítio que ela tem e ela cuida do trabalho da casa do patrão. Eventualmente ela costura para fora. Ela traba-

lha como diarista ora aqui, ora acolá. Esta mesma moradora tem uma história anterior de um casamento desfeito, segundo ela: *...“porque não sou tapete de ninguém...”* (M. M., 59, 1999).

O primeiro marido do qual se separou tinha farmácia e está bem situado, mas era infiel e ela não aceitou, arrumou outro:

“Parti para outra, arrumei um solteiro, um que morreu. Arrumei outro aí, solteiro também, que as mulheres não vinham correndo atrás, a única mulher que tem é eu. Tenho certeza, falo e provo” (M. M., 59, 1999).

A violência está associada ao autoritarismo masculino vigente. A existência de outras mulheres, o alcoolismo e a divergência de interesses entre marido e mulher são as formas manifestas desse autoritarismo. Funcionários que atuam na Estação frequentemente são testemunhas desse tipo de violência e tentam, eventualmente, dar orientação e coibir tais condutas. Ameaças de morte são feitas pelo marido à mulher, criando um clima de temor e tensão na família.

Quando os maridos arranjam outra mulher começam a maltratar a anterior para colocá-la para fora do sítio ou da barraca. A estratégia de colocar as duas mulheres sob o mesmo teto parece ter essa finalidade. A situação é bastante complexa, pois essas primeiras mulheres, na faixa de idade em que se encontram (acima de 45 anos), com vários filhos de todas as idades, dificilmente têm condições para sobreviver fora dali.

Em casos de dissolução da união, a mulher preterida sai da casa que é ocupada pela outra e vai morar com algum parente, filhos casados. A mulher continua se autodenominando e sendo denominada mulher de fulano, tanto quanto a outra que passa a morar na casa do sogro ou ocupar a casa do marido, causando até uma certa confusão para os de fora. No caso de separação quem sai de casa é a mulher. Nos casos verificados, a troca de mulheres a morar na casa se dá em situações estratégicas de viagens, comuns entre os moradores de Itinguçu que têm de se deslocar para São Paulo e Peruíbe para resolver problemas que não encontram solução local pelos poucos recursos. Assim, quando a mulher volta encontra

a outra morando na casa.

Nestes casos, novamente, vem à tona a discussão sobre o direito à "barraca" ou ao sítio e há intervenções do Instituto Florestal (IF) mediando os conflitos no sentido de manterem a família. A situação muitas vezes só é controlada por causa da ameaça da perda do direito à barraca ou à posse.

O espaço (privado) da mulher fica muito bem marcado em ocasiões em que ambos estão presentes, como denota o depoimento abaixo em ocasião que indagávamos à mulher sobre sua vinda para o local. Saliente-se aqui que esta era a terceira visita que fazíamos a essa família, pois queríamos entrevistar a mulher e não conseguíamos, já que todas as vezes o homem tomava a frente respondendo às perguntas que dirigíamos a ela:

"Você tem que saber conversar para não me prejudicar. Por que tá gravando aí e você tem que fazer a conta certinho para não me prejudicar que eu não sou trouxa. Ela (a entrevistadora) quer saber a data que nós entramos aqui e não a minha idade. Tá gravando... aí... vai fazer a conta e... tá mentindo... e eu não sou trouxa, não. Tá gravando aí moça? O que ela fala não interessa, porque ela nem sabe. Eu fui lá na Praça da Sé e é isso que marca, se a senhora quer o preto no branco, tá aí. Vou mostrar o requerimento do governo" (J. V. P., 54, 2000).

Não existe união organizada entre as mulheres atualmente. No passado, na época do conflito de terras, quando alguns maridos foram presos, um grupo de mulheres se reuniu para fazer doce de banana orientadas por técnicos da SMA e um vereador local. Durou apenas algum tempo.

Os homens, por outro lado, estão mais organizados politicamente, participam de Sindicatos da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, da CUT, do PT, Associações, etc.

Nas representações sobre os deveres de uma dona de casa as mulheres mencionam *"ser limpa, honesta, ter suas coisas, tudo organizado, seus filhos bem tratados, uma casa boa não uma casa como aquela lá, que não tem segurança nenhuma, é a pessoa ser limpa, honesta, trabalhadeira, não ter preguiça, tá bom para uma dona de casa"* (A. S. P., 54, 1999).

A expectativa de provisão em relação ao ma-

rido fica clara no discurso que segue:

"o marido tem que trabalhar, para dar o poder para a pessoa dentro de casa, é o dever dele". (A. S. P., 54, moradora Itinguçu, 1999).

As mulheres consideram que a atitude dos homens em relação aos filhos é diferente da mulher: *"a preocupação que eu falo é porque, se adoce um filho, a gente tem que se converter pro filho, e fica pensando, o homem não é tanto"* (A. S. P., 54, 1999).

Da perspectiva dos homens, as mulheres são mais unidas que os homens entre si.

"as mulheres sempre foram mais unidas; as meninas são mais unidas. Uma ajuda a outra, mas o homem nessa parte já é mais relaxado" (I. B. R., 35, 1999).

A mulher tem a representação de que é mais fraca que o homem, tanto para trabalhar quanto para as demais coisas:

"o homem tem força...quando Deus prepara uma empreitada ele pega...para trabalhar, e a mulher não tem essa condição" (A. S. P., 54, 1999).

Na verdade, a força que a mulher se refere é a disponibilidade do homem para as atividades fora da vida doméstica, que a mulher não tem, dada a suas incumbências:

"Se eu for trabalhar fora, quem é que cuida da casa e das crianças... O homem quando pega um serviço, o dia amanheceu, ele já está pronto para ir. A mulher não... tem que ajeitar tudo, deixar a cozinha limpa, o feijão no fogo, a roupa do filho cuidada... o homem não, ele sai e não se preocupa com nada" (A. S. P., 54, 1999).

6 - CONCLUSÃO

Nas relações de gênero em Itinguçu, entre as famílias mais antigas, constatou-se existir ainda uma forte relação de poder, em que o homem manda e a mulher obedece. Homens e mulheres sabem qual a sua posição no cenário familiar e social.

As características das relações hierárquicas entre homens e mulheres nas famílias constituídas há mais de 20 anos - sujeição da mulher, o trabalho intenso de anos a fio sem direitos, a infidelidade masculina, as ameaças e a violência física ante as dis-

cordâncias - são modificadas nas novas famílias (segunda geração em Itinguçu) que se constituem. A aceitação de maus tratos pelas mulheres é menor e a troca de parceiros é mais freqüente.

O casamento, enquanto norma, é desejável e é o projeto de toda mulher adulta, mas, diante das condições objetivas, adota-se uma variante deste, o morar junto ou amasiamento, isto é, o casamento consensual, sem registro no civil, sem cerimônia religiosa, sem festa e presentes. Apesar disto, continuam denominando "casamento" o ato e "casado/a" a condição social: marido/mulher, genro/nora/sogro para os papéis na família, o que poderia significar uma transgressão prática às normas sociais.

A desorganização familiar decorrente da indisponibilidade de terras não permite a reprodução dos moradores como agricultores posseiros. Não há espaço nem condições, dadas as limitações legais da Estação Ecológica, para a constituição de roça para os filhos. Daí a prática de emigrarem ao se casar. A produção da roça é suficiente apenas para o abastecimento ainda precário de uma família.

As condições atuais de (não) acesso à posse e ao uso da terra promovem reflexos dentro da esfera das relações familiares. Isso ocorre principalmente quando um filho ou uma filha se casa. Antes da criação da Estação Ecológica não havia impedimento para que fosse construída uma outra morada e que uma roça fosse colocada em área próxima. Atualmente, não é mais permitida a construção de outra morada no mesmo sítio, muito menos uma lavoura ser estabelecida. A ampliação de cômodos na mesma morada do sítio também é controlada hoje. Assim, observa-se uma dispersão familiar por ocasião da maturidade dos filhos, quando estes se casam.

Retomando os fatos já expostos, observa-se uma decomposição das relações familiares de produção, calcada principalmente nas práticas não agrícolas integradas à agricultura familiar de subsistência que vem se desenvolvendo de forma crescente. Nesse sentido as famílias estão cada vez menos agrícolas, o que apontaria para a "contradição" mencionada por Carneiro (1999), "entre a individualização da força de trabalho e o caráter coletivo da economia fami-

liar". Não se pode, no entanto, nesse caso, falar em "resgate de laços de solidariedade intra-familiares" para a "combinação do trabalho individual com os interesses coletivos representados pela unidade de produção familiar"⁹. Isto, não só pelas condições legais da Unidade de Conservação, que comprometem a transmissão do patrimônio material (a herança) e a transmissão da exploração agrícola (a sucessão), como também pela fragilização dos laços valorativos familiares referidos a um projeto econômico comum.

Há que se acrescentar que a desordem aqui comentada se deve, entre outros fatores, a uma referência do modelo da família tradicional, cujos valores ainda permanecem. No entanto, na prática cotidiana desse agrupamento social são elaboradas novas formas de convivência.

Podemos afirmar que essa população, ao viver sua história com a transformação gradativa das bases de sustentação familiar - agricultura, a introdução de valores urbanos, da sociedade de consumo e o desenvolvimento de atividades não rurais, produziu outras formas de organização familiar dentre as quais podemos identificar o que Corrêa (1982) define como "*família conjugal moderna*", produto do processo de urbanização, reduzida ao casal e seus filhos em que a finalidade do casamento é a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos. É o que se observou nas jovens famílias constituídas.

Os relatos aqui trazidos sobre família, casamento, sexualidade revelam que as normas coletivas que determinam os comportamentos individuais da sociedade local não são mais reguladas por normas claras e coercitivas. Tais constatações foram possíveis pelo recorte de pesquisa sobre a família e as relações de gênero. Esta mesma perspectiva permitiu a apreensão do processo de anomia¹⁰ aqui abordado.

⁹Para Carneiro (1999), "o que distingue a maioria das formas sociais de produção como familiar é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conscientes ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (a herança) e à transmissão da exploração agrícola (a sucessão)".

¹⁰Anomia no sentido que aparece em Durkheim (1977), quando há dúvida e incerteza quanto aos fins socialmente valorizados.

O contato, principalmente dos jovens, com a sociedade mais ampla, moderna, com a intensificação das atividades relacionadas ao turismo e do mundo do consumo sem o embasamento necessário cria um quadro valorativo superficial dando margem de autonomia aos sujeitos sociais. Uma autonomia induzida também pela falta de perspectiva de reprodução que rompe a solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1997), levando à crise dos valores, da autoridade e conseqüentemente à exposição ao risco.

Levando em conta a tradição e a trajetória das famílias dos agricultores de Itinguçu, identifica-se uma tendência descendente de trajetória familiar¹¹, verificando a diminuição gradativa do peso da agricultura para a reprodução da família/do grupo doméstico.

Voltando o olhar para a trajetória familiar e profissional desses moradores observa-se que, diante de impossibilidade de reproduzirem os padrões de comportamento ideais dadas suas parcas condições, desenvolvem “modelos” alternativos através dos quais se viabilizam.

Com a desvalorização da produção agrícola, a “propriedade-posse” é mantida não como reserva de valor, pois as condições de posseiros e “morador” de unidade de conservação não lhes permite tal prerrogativa, mas ainda como bem simbólico associado à família, apesar da produção nela obtida não ser suficiente para a manutenção do grupo doméstico.

No plano político e dos valores, observa-se a neutralização do papel da família na mediação entre indivíduo e sociedade e o ingresso de estratégias concorrentes e antagônicas entre indivíduo e família, num acelerado processo de individualização.

A complexificação do sistema social para esses moradores de vida rústica, a individualização dos membros, principalmente dos mais jovens, ocasionam efeitos de desregramento, já que os objetivos a que se propõem não dispõem de meios para realização.

A reflexão sobre a imbricação e os reflexos de medidas políticas macro-sociais na vida cotidiana

dos povos evidenciou, igualmente, a extrema necessidade da ação local das populações como contra partida e equilíbrio às decisões tomadas em nível nacional e mundial.

Os impactos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins sobre a população moradora, observados a partir do modo de vida e das relações familiares e de gênero, que se constituíram no foco privilegiado do estudo desenvolvido, permitiram a observação dos condicionantes que se encontram nos dispositivos legais que regem a Unidade de Conservação. Isso reforça a necessidade da consideração dos fenômenos sociais e econômicos observados, tanto quanto a busca de soluções inclusivas para essa população.

LITERATURA CITADA

- ALMEIDA, A. M. de. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRRJ, 1987.
- BITTENCOURT, G. A.; DI SABATTO, A. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: FAO/ INCRA, 1999.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.
- CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o novo rural. In: **SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO.** Campinas, mar., 1999. Mimeo.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- COSTA, M. C. S. **Vidas em trânsito: trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto.** 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DA MATTA, R. A família como valor considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et al. **Pensando a família no Brasil, da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
- DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social.** Lisboa: Presença /São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata.**

¹¹Conforme proposta de classificação de Carneiro (1999).

São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda., 1969.

INCRA/FAO **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

PANZUTTI, N. da P. M. Agricultura familiar em Itinguçu: estação ecológica Juréia-Itatins, estado de São Paulo. In: LANG, A. B. da S. G. (Org.). **Realidade brasileira**: várias

questões, muitos olhares. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002b. p. 11-27. (Textos Série 2, n. 9).

PANZUTTI, N. da P. M. **A caminho da terra**: a Mata. 2002a. 247 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Recebido em 23/03/2004. Liberado para publicação em 09/06/2004.